

**O MOVIMENTO COOPERATIVISTA E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:
DILEMAS TEÓRICOS ENTRE COOPERAÇÃO E CONCORRÊNCIA**

Roque Ademir Favarin
Universidade Federal de Santa Catarina
CFH/ Doutorado de Sociologia Política

Email: prafavarin@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

RESUMO

As teorias econômicas que dão suporte a organização do mercado capitalista, enfatizam sobremaneira a concorrência perfeita como modelo a ser perseguido, desde os primeiros economistas, principalmente os clássicos, até as mais recentes teorias neoliberais. Já, o cooperativismo iniciado no século XIX apresenta-se como outra forma de organização econômica, de mercado e de trabalho, baseando-se todos na cooperação. Na sociedade atual, sob o ponto de vista da economia e da sociologia, há um enorme desafio em analisar a cooperação, devido a sua “escassez” teórica. Autores ligados à Nova Sociologia Econômica e à Nova Economia Institucional apresentam as críticas aos principais pressupostos do mercado, até ajudam a compreender outros elementos levados em conta nas suas análises, embora também estes pouco estudem o fenômeno do cooperativismo. Acrescenta-se outro viés de pensamento, ligado à noção de desenvolvimento, não só econômico, mas, territorial, sustentável, solidário em que coloca em cheque muitos dos princípios do mercado capitalista, devido aos seus impactos produzidos no meio ambiente. Este artigo procura elencar, a partir do cooperativismo catarinense e da história geral do cooperativismo, os desafios, as contradições entre os fundamentos do mercado capitalista, a competição e os princípios cooperativistas, baseados na cooperação, também em relação à dimensão território. Em seguida alguns pontos são levantados para uma possível compreensão teórica do cooperativismo: diferenças entre doutrina e teoria cooperativista; entre noção intensiva e extensiva. Depois, apresenta-se uma relação cooperativismo e Estado e as suas políticas públicas cooperativistas. Por fim, a abordagem territorial para uma contribuição possível do cooperativismo ao desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: doutrinas e teorias cooperativistas; cooperativismo e desenvolvimento sustentável territorial; cooperativismo catarinense.

Analisar o fenômeno do cooperativismo na sociedade atual, sob o ponto de vista da economia e da sociologia, é um desafio enorme, devido a “escassez teórica”, se comparada às abundantes teorias destas duas disciplinas, já desenvolvidas, desde os primeiros economistas, principalmente os clássicos, que fundamentam os principais pressupostos do mercado, passando pelo keynesianismo até as mais recentes teses neoliberais. As teorias econômicas, que dão suporte a organização econômica do mercado capitalista, enfatizam sobremaneira que a competição/concorrência é a via única que conduz ao equilíbrio “espontâneo” de preços de mercado como tendências que se ajustam automaticamente ou tendem a estabilizá-lo. A competitividade e a concorrência tornam-se princípios fundamentais para a busca deste equilíbrio, as bases para o modelo de concorrência perfeita. Segundo Marie France Garcia-Parpet o modelo de concorrência pura e perfeita, enunciado pelos economistas, em síntese,

pressupõe em quatro condições: cada agente econômico age como se os preços fossem dados; e nem compradores e vendedores é forte o bastante para poder exercer uma influência perceptível sobre os preços: **atomicidade**; o produto é homogêneo, tem o mesmo uso social e é identificável independentemente de seu vendedor: **homogeneidade**; o mercado é fluido, a entrada e a saída dos trocadores é livre: **fluidez**; e o mercado é transparente, os agentes econômicos dispõem de um conhecimento perfeito de quantidades, qualidades e preços dos produtos ofertados: **transparência**. (2003, p.09, grifo nosso).

Desta concepção, brota o conceito clássico de “*homo economicus*” baseado na definição de economia política de John S. Mill (1806-1873): o desejo de riqueza como causa maior do comportamento humano.

[A Economia política] não trata de toda a natureza do homem como modificada pelo estado social, nem de toda a conduta do homem na sociedade. Ela preocupa-se com ele somente como um **ser que deseja possuir riqueza**, e quem é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter esse fim. (Ensaio V, Cap. 3, grifo nosso)¹.

As críticas de autores ligados à Nova Sociologia Econômica e à Nova Economia Institucional² a estas concepções ajudam a compreender que há outros elementos a serem levados em conta nas análises e no funcionamento dos mercados. Estes são aspectos sociais, políticos e culturais que também garantem a sobrevivência dos mercados ou interferem nas

¹ Citado em *Essayson some Unsettled Questions of Political Economy* (1848) de acordo como artigo **Homo economicus** de Carlos Rodriguez-Sickert. Disponível em <http://www.complejidadsocial.cl/wp-content/uploads/2012/05/Homo-economicus-Handbook-E.Elgar_.pdf> Acesso: 03. Fev.2014

² Para uma melhor compreensão destas duas correntes de pensamento nas áreas da Sociologia e da Economia apontam-se estes trabalhos: WANDERLEY, 2002, p. 15-62; THERET, 2003, p.225-255; SWEDBERG, 2004.

suas desarticulações. Os mercados não são somente baseados no princípio do “*laissez-faire*” ou no poder místico da “mão invisível” como acredita a economia clássica liberal.

Também a partir disto estas correntes na Sociologia e Economia podem contribuir para uma compreensão do movimento cooperativo que tem uma longa história, e que ora adota princípios dos mercados capitalistas, ora se diferencia deles praticando e concebendo-se a partir de princípios de cooperação³ e reciprocidade; e que a humanidade é superior à individualidade, à competitividade, ao *homo economicus*. (FLIGSTEIN, 2001; SWEDBERG, 2004; GRANOVETER, 2005; e RAUD-MATTEDI, 2005). Numa palavra poder-se-ia criar outro conceito (ou neologismo) paralelo, o “*homocooperativo*”.

Além destas correntes, há outro viés de pensamento ligado a noção de desenvolvimento, não meramente econômico, mas, territorial e sustentável em que também coloca-se em cheque os princípios do mercado capitalista. Muitas vezes as forças produtivas (e políticas) deste mercado, interessam-se apenas por alguns recursos do território, extenuando-os ao extremo e deixando um passivo para suas populações e seus ecossistemas. Um dos princípios adotados recentemente no cooperativismo, propõe uma inserção da dimensão territorial nos princípios cooperativistas⁴. Embora Ricardo Abramovay (2010) aborde como tantos outros autores, que há também formas de cooperação nas estruturas de mercado, nas cooperativas, na economia solidária, nas associações produtivas, são outras finalidades da cooperação cooperativista: não a acumulação de capital, a maximização dos lucros, o trabalho assalariado, etc.

A experiência do movimento cooperativista demonstra que há outras bases, não somente a competição e os princípios do mercado capitalista. E que os elementos territoriais e políticos são também determinantes e reguladores das forças de mercado. Embora que, paradoxalmente boa parte do “cooperativismo realmente existente” hoje conviva bem e até pratica regras e princípios deste mercado tanto nos seus modelos de administração e gestão como na relação com demais agentes econômicos.

Este artigo procura analisar a partir do perfil catarinense e da história geral do cooperativismo no mundo, os desafios, as contradições entre os fundamentos do mercado capitalista, a competição; e os princípios cooperativistas, a cooperação. Claro que este não pretendeser uma análise detalhada, mas procura apontar elementos para um debate mais profundo nesta direção. Para isso, abordar-se-á alguns elementos históricos das origens do cooperativismo. Em seguida uma descrição de pontos para uma possível compreensão teórica

³ A cooperação é elemento primordial do cooperativismo, embora haja cooperação também no mercado capitalista a exemplo dos *clusters*. (Cf. BARBOSA, 2012, p. 29)

⁴ Conforme atualizações da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, que será abordado neste artigo.

do cooperativismo. Depois, uma a relação do cooperativismo com o Estado e as suas políticas públicas cooperativistas. Por fim, a contribuição da abordagem territorial uma possível contribuição do cooperativismo para o desenvolvimento territorial sustentável.

1 O perfil do cooperativismo em Santa Catarina

O cooperativismo tem forte destaque em Santa Catarina há muitos anos, ocupando atualmente o terceiro lugar do Brasil em número de cooperados, com 1,464 milhão. Também, no estado, em grande medida, segue-se o modelo convencional e tradicional, ligado à Organização das Cooperativas no Brasil (OCB) e havia 263 cooperativas associadas em 2012 à Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OCESC) constituídas principalmente pelas cooperativas agropecuárias, saúde e de crédito. Obteve uma receita bruta de 17,333 bilhões de reais em 2012. Como pode-se observar nas informações seguintes, tem peso na economia catarinense, estimado de 11,04% do PIB estadual (de 2012)⁵:

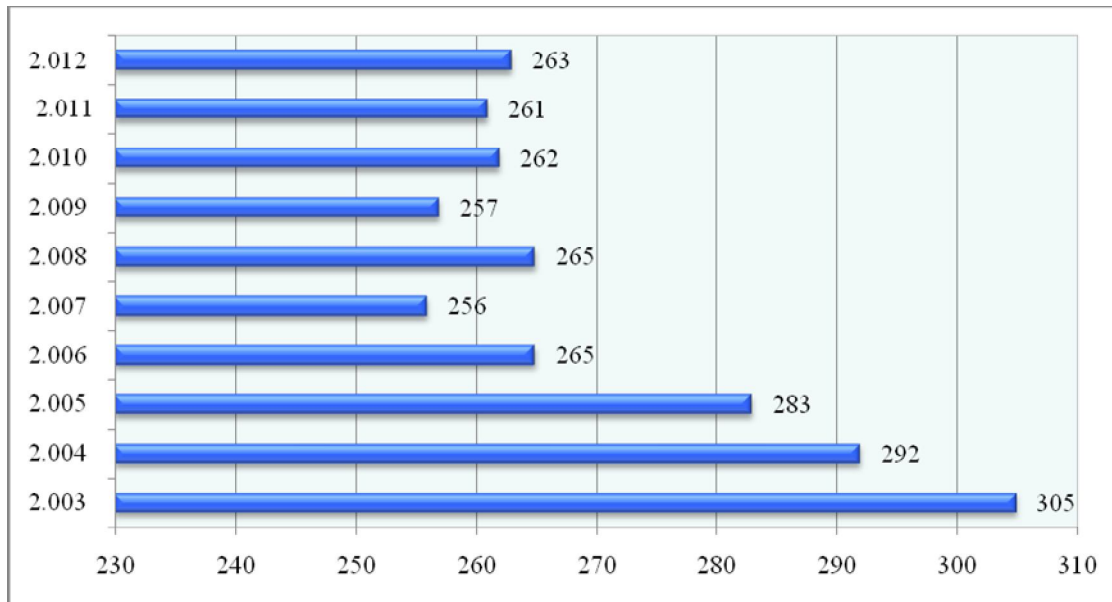
As 54 **cooperativas agropecuárias** representam 65% do movimento econômico de todo o sistema cooperativista catarinense. No conjunto, essas cooperativas mantêm um quadro social de 65.883 cooperados e um quadro funcional de 27.370 empregados. O faturamento anual do ramo agropecuário totalizou 11 bilhões 193 milhões de reais. O **ramo de saúde**, com 31 cooperativas e 11.607 associados, faturou 2 bilhões 334 milhões de reais. O **ramo de crédito**, formado por 71 cooperativas que reúnem 869.830 cooperados (associados), teve movimento de 1 bilhão 678 milhões de reais. O ramo de transporte, formado por 25 cooperativas, teve 1 bilhão e 93 milhões de reais de movimento, beneficiando 13.565 cooperados. No ramo **de infraestrutura** atuam 33 cooperativas de eletrificação e irrigação com 283.883 associados. Em 2012, essas cooperativas faturaram 460,6 milhões de reais. As 11 sociedades cooperativas que atuam no ramo de **consumo** com 207.510 associados, faturaram 538,7 milhões de reais no ano passado. Os ramos de trabalho, produção, habitacional, mineral, especial e educacional, mesmo com menor expressão econômica, (...) são 38 cooperativas formadas por 12.150 cooperados que, em 2012, geraram 37,7 milhões de reais em receitas.⁶ (grifo nosso)

Uma das características deste modelo é a tendência de reduzir o número de cooperativas e ampliar o número de cooperados, tornando o modelo mais centralizado e também devido a endividamentos e falências⁷.

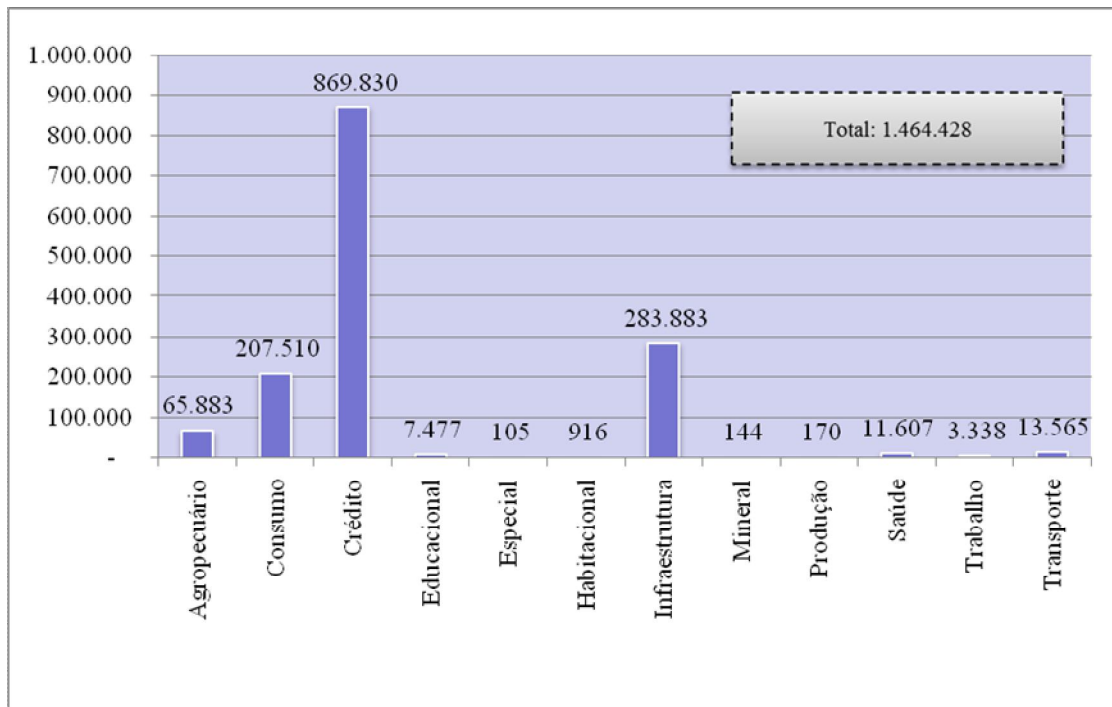
⁵Em 2012, o PIB estadual era de 152,5 bilhões de Reais, 4% de participação no PIB nacional.

⁶Dados publicados em 28/03/2013 na página: <<http://www.sicoobsmo.com.br/noticias/943/ocesc-apresenta-o-desempenho-das-cooperativas-de-sc-r17-bi-em-receitas>>. Acesso em 02/03/2014

⁷ Como no exemplo da incorporação de uma cooperativa a outra, no meio oeste catarinense em 2011 a 2013. Cf <<http://www.radiocatarinense.com.br/novidades.php?id=3278>> Acesso em 03/03/2014.

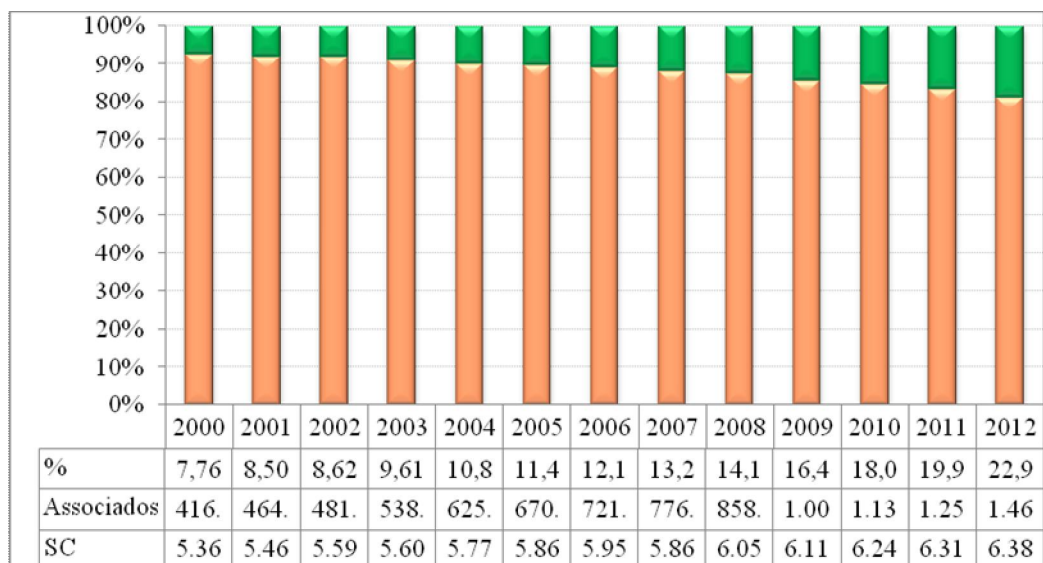
Gráfico 1 - Número de Cooperativas em Santa Catarina - 2003 a2012

Fonte: OCESC

Gráfico 2 - Número de cooperados por ramo em 2012

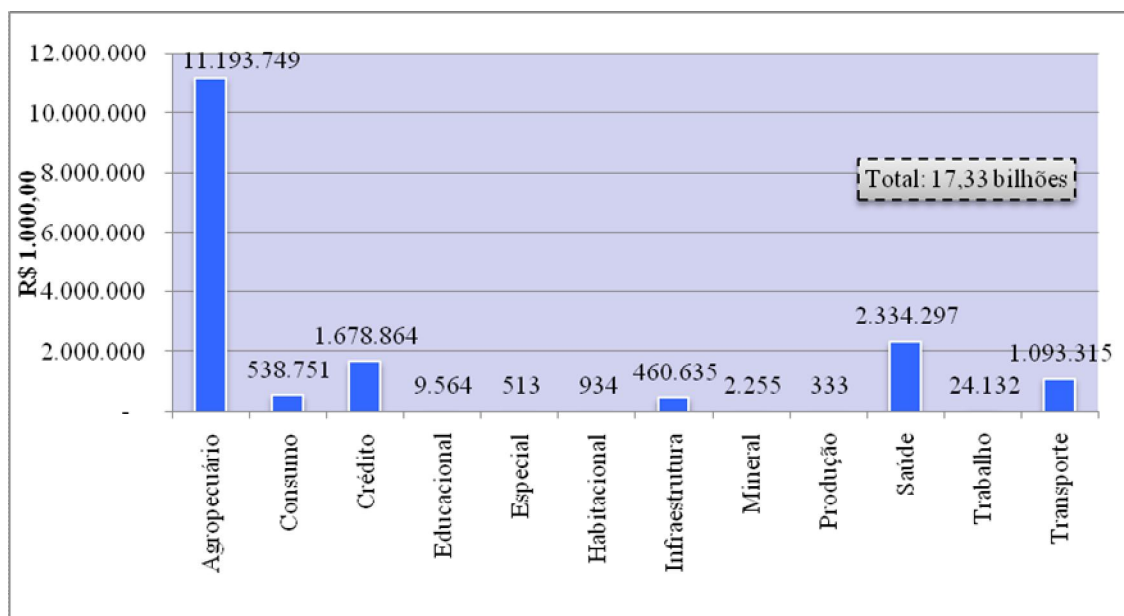
Fonte: OCESC

Gráfico 3 - Porcentagem de associados proporcional população de SC- 2000-2012



Fonte: OCESC

Gráfico 04 - Receitas Totais por Ramo Cooperativo em Santa Catarina em 2012



Fonte: OCESC

Os dados dos Gráficos acima apontam um número elevado de cooperados nas cooperativas de créditos, ocupando 59,41% dos cooperativados catarinenses (no sistema OCB). Também a proporcionalidade de catarinenses que são cooperativados subiu de 7,76% para 22,94% em 12 anos.

Esse modelo está intimamente vinculado às atividades e as reivindicações econômicas e políticas do agronegócio. Por exemplo, traz a preocupação com a sustentabilidade pelas

mesmas razões deste, e não se vê uma crítica mais contundente quanto ao uso de agrotóxicos pelo modelo agronegócio. No setor agropecuário que ocupa 65% do movimento econômico está centralizado em 10 cooperativas filiadas a FECOAGRO - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina⁸ apesar de serem 54 cooperativas neste ramo. De acordo com ela, uma das principais vantagens da Federação está em proporcionar fertilizantes químicos e defensivos agrícolas, para as cooperativas:

No setor de Insumos, a Federação centraliza as compras conjuntas de fertilizantes, defensivos agrícolas, sacarias e sementes, buscando melhores negócios e evitando diferenças de preços gritantes entre cooperativas vizinhas. (...) Mantém uma Central de Compras localizada em Chapecó, que coordena compras conjuntas de **defensivos agrícolas** e produtos de abastecimento (supermercados). Mantem uma Unidade Misturadora de Fertilizantes no Porto de São Francisco do Sul-SC, importando e processando fertilizantes para as cooperativas filiadas e prestando serviço de mistura e ensaque a outras empresas interessadas(grifo nosso).⁹

Enfim este modelo pouco se diferencia do modelo do agronegócio, até se entende parte dele, como fica clara a forma que compreende a economia (Exemplo: o artigo de Ivan Ramos “O Risco da Agroindústria Catarinense”)¹⁰. Uma pauta clara do ramo de infraestrutura é a “administração de terras devolutas da união para uso na agropecuária”¹¹ porém a atual Constituição não prevê este uso, e sim para preservação ambiental dentre outros (Art. 20 inciso II) Também o relatório da OCB 2012 aponta como “conquistas do movimento cooperativo no Brasil” o novo Código Florestal, e critica os vetos da presidente, por entender que estes prejudicavam o interesse dos produtores rurais (colocando pequenos junto com os grandes)¹².

Num modelo diferente deste “tradicional” encontra-se o cooperativismo “autêntico”¹³ de base popular ou solidária oriundo dos movimentos sociais e sindicais, embora em menor peso econômico, este procura “refundar” o cooperativismo nos moldes originários. A primeira central de cooperativas criada fora do sistema “tradicional” foi a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil - Concrab, em 1992, para congregar as

⁸ “Fundada em 25 de julho de 1.975, a FECOAGRO reúne hoje 10 cooperativas singulares, uma central (AURORA ALIMENTOS) e presta serviços nas áreas de compras conjuntas dos principais insumos e produtos de abastecimento, distribuídos pelas filiadas aos seus associados” In: <<http://www.fecoagro.coop.br/pt-br/informacoes/historico/2>> Acesso em 03/03/2014.

⁹ Informações do site da FECOAGRO. In: <<http://www.fecoagro.coop.br/pt-br/informacoes/historico/2>> Acesso em 03/03/2014.

¹⁰ Publicado em <<http://www.fecoagro.coop.br/pt-br/noticias/12494>>. Acesso em 03/03/2014

¹¹ Publicado em <http://www.ocesc.org.br/area_tecnica/documentos.php?id_categoria=4>. Acesso em 04/03/2012

¹² Conforme <http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/relatorio_ocb_2012.pdf> Acesso em 03/03/2012. p. 38-40

¹³ Cf. SARDÁ, 2011, p. 18

cooperativas e associações de agricultores assentados pela reforma agrária no Brasil. A Concrabestá presente em sete estados do Brasil: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Ceará, Bahia, e Maranhão. Ganha destaque a Cooperoeste de São Miguel do Oeste, que produz leite e derivados, conhecida nos supermercados pela marca Terra Viva. Foi fundada por agricultores assentados (do MST) ou ligados ao movimento pequenos agricultores (MPA). Também a Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luiz Bruneto – Cooperdotchi com 98 famílias associadas distribuídas na região planalto Norte e litoral norte do estado. Há também a Coopercontestado, no meio oeste e a Cooperativa Regional Agropecuária Terra Livre – Coopertel no planalto serrano.

Também a Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Consumidores e Artesãos da Região Serra – Ecoserra fundada em 1999, conta com 450 associados com proposta aberta de defesa e incentivo da agroecologia. Com uma atuação nesta área do cooperativismo, a Ecoserra procura a “defesa do bem estar econômico, social, ambiental e da saúde dos seus associados e da comunidade em geral baseados nos princípios do cooperativismo, da agroecologia e da economia solidária.¹⁴ Enfim, destaca-se estas cooperativas, não desconsiderando também outras menores, vinculadas a esta proposta alternativa ou autêntica.

Na década de 1990 surge a economia solidária¹⁵, também recuperando os princípios originários do cooperativismo, mas baseando-se em número pequeno de cooperados (as vezes informal e/ou na forma de Associação). Elas surgem como alternativas ao desemprego, ao êxodo rural, como forma de trabalho para mulheres, agricultores familiares, empobrecidos..., enfim como forma de superar a exclusão social em determinados territórios rurais e urbanos¹⁶. De um modo geral, há a seguinte tipificação oficial: os empreendimentos econômicos solidários – EES são organizações “coletivas-organizações supra-familiares, singulares e complexas cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão de atividades como alocação de recursos, com diversos graus de formalização...” (ATLAS, 2009, p.19) Já as entidades de apoio, assessoria e fomento a economia solidária – EAFs são aquelas organizações que desenvolvem ações nas “várias

¹⁴ Informações da página
<<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=966>>. Acesso em 03/03/2014.

¹⁵ As primeiras iniciativas no Brasil vieram da CNBB e da Cáritas Brasileira, em 1981, tentando emprestar dinheiro aos pequenos agricultores. Isto era para incentivar e fomentar a permanência de famílias no nordeste. Estas iniciativas se espalharam por todo o Brasil e foram conhecidas como Projetos Alternativos Comunitários - PACs. Em Santa Catarina, a CNBB, mantinha um programa similar denominado MPAs desde 1989. Será tratado nos próximos capítulos deste trabalho. (CARITAS BRASILEIRA, 2006; cf. SINGER, 2002, p. 122)

¹⁶ Cf. FAVARIN, 2009, p.68-76; SARDÁ, 2011, p. 25-32; SINGER 2002, SANTOS, 2002 entre tantas obras que tratam das causas do surgimento da Economia Solidária no Brasil.

modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos e solidários tais como: assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.” (ATLAS, 2009, p.19)

Recentemente, “foram identificado 21.859 empreendimentos econômicos solidários em 2 933 municípios do Brasil (53% deles) sendo 690 EES, em 175 municípios de SC” (ATLAS, 2009, p.27). E, no Brasil, são 2.084 cooperativas que se identificam também como EES.

Quando um EES surge seus membros, às vezes, nem conhecem muito de economia solidária e de cooperativismo e sua constituição e formalização por ser livres acabam por não se filiar a nenhuma federação ou central. Existem os fóruns de Economia Solidária (regional, estadual e brasileiro) criados desde 2000 a partir dos Fóruns Sociais Mundiais. Estes fóruns não têm uma formalização jurídica; nem é uma federação e não desempenham um papel de representação dos EES diretamente. Somente procuram ser um espaço sociopolítico de elaboração das pautas de reivindicações políticas, de controle social dos programas governamentais e de articulação entre os EES, EAFs e gestores públicos ligados a programas governamentais de Economia Solidária.

Uma primeira tentativa de criar uma “central” (federação) dos empreendimentos solidários partiu do movimento sindical, principalmente no ABC paulista, e foi fundada a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - Unisol Brasil, em 2000. Mais tarde foi criada, em junho de 2005 a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES. Contribui neste processo as empresas recuperadas pelos trabalhadores, criando a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG, em 1994. Em Santa Catarina ganhou notoriedade nacional a Cooperminas, de Criciúma, onde os trabalhadores assumiram a massa falida da CBCA¹⁷

Deste novo cooperativismo, recentemente, surge a Unicopas:

As três grandes organizações nacionais do cooperativismo integram, a partir de agora, a Unicopas (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias), reunidas em torno do objetivo de lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e do desafio de representar nacionalmente cooperados de agricultura familiar e economia solidária. Dirigentes da Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil) definiram em conjunto o Conselho Diretor e o Estatuto da Unicopas no último dia 30/01/2014, em reunião histórica realizada em Brasília-DF.¹⁸

¹⁷ Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, Cf. SARDÁ, 2011, p.17 e p.398-420

¹⁸Cf. <<http://cirandas.net/unicafes/unicafes/unicopas-nasce-para-fortalecer-o-cooperativismo-solidario>>. Acesso em 02/03/2014

Também convém destacar que o cooperativismo de crédito solidário apresenta-se também em franco crescimento, principalmente ligado a agricultura familiar, com esforços de microcrédito, voltando seus serviços também para os pequenos empreendedores. Depois desta breve e genérica explanação da configuração do cooperativismo em Santa Catarina aponta-se elementos de seu surgimento no mundo, na tentativa de compreendê-lo seus pressupostos teóricos diferenciando-os da livre concorrência.

2 Elementos históricos do movimento cooperativista

Esta seção trata de entender as concepções e origens do movimento cooperativo no mundo, mesmo no início do capitalismo há outras formas de organizar a vida econômica¹⁹.

Os princípios da cooperação encontram base na história da humanidade em diversos exemplos como as ágapes cristãs, os produtores de arroz de Calcutá, as associações de poupança e crédito (Roscas), os quilombos onde há repúblicas cooperativas; os jesuítas e suas missões coletivistas. As “cidades santas” dos caboclos em Santa Catarina no início da Guerra do Contestado foram impulsionadas pelo sonho de uma partilha de tudo o que tinham²⁰.

No campo teórico, estava presente em Platão com a ideia de República, a idade média com Thomas Morus em “A Utopia”; e Francis Bacon em “A Nova Atlantis”. Foram os ingleses Plockboy e Bellers –que procuraram sistematizar os princípios cooperativistas. O principal enfoque era de reverenciar o trabalho e não o dinheiro como fonte de riqueza (autoajuda, associações econômicas livres, participação democrática na gestão, suprimir intermediários).

A partir do século XIX as ideias evolucionistas de Darwin em relação à biologia – com a tese de seleção natural e da competitividade como estratégia de sobrevivência – passaram a, equivocadamente, serem defendidas como válidas às sociedades humanas[assim] na Europa vivia-se um tempo em que muitos acreditavam que o conflito de interesses e a presença do **espírito competitivo** eram elementos preponderantes da essência humana, diminuindo a essência da cooperação como princípio-chave para o desenvolvimento econômico e social (BURIGO, 2010, p. 40, g.n.)

Este pressuposto biológico acaba por inspirar as bases teóricas do mercado capitalista, como modo de produção que fortalece a ideia de competitividade, de mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro modificando os equilíbrios sociais e políticos da reciprocidade, da

¹⁹ Esta seção foi baseada principalmente em BÚRIGO, 2010, também consultado e complementado com FAVARIN, 2009, MORASCO, 2007, p.15-35; BARBOSA, 2012; SARDÀ, 2011, SINGER, 2002 entre outras obras.

²⁰ A relação de Economia Solidária na Região do Contestado foi trabalhada pelo autor em capítulo da dissertação de Mestrado Cf. FAVARIN, 2009, p. 93-95; 112-117.

redistribuição e da domesticidade. Somente no final do século XIX surge o conceito de cooperativismo, com Charles Gide.

Em geral aluta associativista aglutinava artesãos e camponeses que viravam compulsoriamente submissos a pagamento de salários para sobreviverem, visto que não detinham mais que os instrumentos(meios) de produção que lhes deram independência durante a Idade Média. Surge então o associativismo como mecanismo de resistência à exploração burguesa. Inicialmente aglutinava artesãos, camponeses, subordinados à necessidade de um salário integravam-se também mecenas e intelectuais baseados nas ideias iluministas, insatisfeitos com o modelo de progresso empregado e à mercantilização de todas as esferas da vida (BURIGO, 2010 p. 41).

Um dos pioneiros desta alternativa foi Henry Saint-Simon (1760-1825) e acreditava que o trabalho em cooperativas e o uso de conhecimentos das ciências poderiam proporcionar maior felicidade social. Robert Owen (1771-1858) considerado o ‘pai’ da cooperação moderna, empregou-a no sentido econômico. Era um empresário, da Inglaterra, proprietário de um imenso complexo têxtil, em New Lanark (Inglaterra). Fazia parte de industriais que propunham leis de proteção aos trabalhadores. Imaginava o fim da propriedade privada e da divisão social do trabalho. Tem um foco na educação como meio de transformação social, combate o lucro e o ideário da concorrência.

Em 1817, Robert Owen apresentou um plano, ao governo britânico para que os fundos de sustento aos pobres, cujo número estava se multiplicando fossem invertidos na compra de terras e construção de aldeias cooperativas, produzindo para sua própria subsistência. Em pouco tempo o Estado teria de volta os fundos investidos. (SINGER, 2002, p. 25-26)

A proposta de Owen não foi aceita, pois alterava o “sistema social, abolindo a empresa lucrativa capitalista”. Owen mudou-se para os EUA para tentar lá implementar as “aldeias cooperativas”. Esse movimento também coincide com o crescimento do sindicalismo.

No meio dessa ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento, e substituí-lo por autogestão. (SINGER, 2002, p.29).

Segundo Julio Aurélio Vianna Lopes,

o cooperativismo apregoado de Robert Owen era **intensivo**. Tratava-se de delimitar uma área geográfica na qual se assentariam indivíduos que a colonizariam de modo a, nela concentrarem

atividades de produção, consumo habitação, lazer, etc. regidas somente pela cooperação entre seus interesses. (2012, p. 61)

E Robert Owen criticava os empresários e economistas na confiança a “irrestrita competição” e proponha a irrestrita cooperação em todas as áreas da vida social. Em 1825, os seguidores owenistas mudam suas ideias e iniciam defesa de um cooperativismo **extensivo**, pelo qual os trabalhadores se organizariam em cooperativas de *produtores* ou de consumidores, como tipos separados de cooperativas, as quais se espalhariam por todas as categorias. Aos poucos estas foram se tornando rentáveis e foi fracassando a outra proposta. Lastreado pelo programa oweniano, amplia-se para mais áreas que não só o consumo. Somente em 1840, surgem, nos diversos países europeus cooperativas de consumo, do trabalho, crédito e agricultura. Singer (2002) e Lopes (2012) fazem um levantamento destas primeiras experiências, deste crescimento e destacam sua proliferação em diversos países.

Em 1844, os princípios de Owen embasaram o início da *Cooperativa de Rochdale*, onde 28 artesãos (inclusive uma mulher) se cotizam (1 libra cada) para maximizar suas compras, barateando-as no atacado. Os princípios elencados, embora com algumas variações, vigoram até hoje. São eles: adesão voluntária e livre dos cooperados; a gestão democrática; a participação econômica; a autonomia e independência; a intercooperação; a educação e o interesse pela comunidade. (LOPES, 2012, p.63)

Na França, com Louis Blanc as oficinas nacionais adquirem perfil cooperativo pela divisão dos lucros por seus trabalhadores e servindo de paradigma para as demais. Na Alemanha surgem as cooperativas de crédito no meio rural, em 1840, por F. W. Raiffeisen e no meio urbano por Herman Schulze-Delitzch (bancos populares) e Nicolas Frederich Gründtvigt cria a cooperativa agrícola na Dinamarca, em 1880. (BURIGO, 2010)

Este movimento culminou e contribuiu para a criação da Aliança Cooperativa Internacional - ACI fundada em 1895. E traduziu o movimento extensivo, espalhando-se muitas cooperativas, mas isoladas por ramos. A ACI reforçou estes princípios originários e ampliou para um conjunto de 11 princípios: “adesão aberta; controle democrático; divisão dos excedentes entre os cooperados; juros limitados (capital) neutralidade política; educação; reserva inalienável, etc.” (LOPES, 2012, p.66)

Na França também houve experiências alternativas ao capitalismo nascente. Ganha nome Charles Fourier (1771-1837). Crítico do capitalismo, acreditava que o cooperativismo poderia combater desigualdades sociais. Formulou projetos para comprovar suas teses: comunidades livres, unidades autossustentáveis, propriedades divididas proporcionalmente ao trabalho, ao talento, ao capital investido e outros mecanismos de distribuição de riquezas.

Desenvolveram-se comunidades baseadas em seus ideais no Brasil. Foi Fourier quem primeiro idealizou a ideia de crédito rural a baixos juros.

Este projeto de Fourier foichamado de Falanstério²¹e visava dispor o “trabalho” das pessoas (numa região ou unidade) de tal forma que o tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção. Necessitava de uma comunidade suficientemente grande para oferecer a cada um, uma escolha livre, diante de uma gama de diversas opções de trabalhos. (SINGER, 2002, p.36)Assim este não é um sistema cooperativado ou coletivo como as aldeias de Owen, onde os meios de produção são de todos os membros sob a forma de sociedade acionária. Fourier propôs também um mecanismo de distribuição para não se criar divisões entre ricos e pobres.

O sistema de Fourier é uma variedade de socialismo de mercado, centrado na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. (...) A ideia de que todos deveriam viver em comunidades autogeridas torna o Estado dispensável. (SINGER, 2002, p.37)

Outro conhecido é Pièrre Joseph Proudhon (1809-1865) que propôs o fim do arrendamento de terras e coloca a autogestão do Estado, sobre bases mutualistas. Também Philipe BenjaminBucheze (1796-1865) defende a união livre de operários para aplicar poupanças em comum, obter empréstimos, produzir coletivamente. Os insucessos destes socialistas utópicos apontam barreiras e caminhos para iniciativas associativistas. A maior barreira à superação do capitalismo é a própria contradição humana – troca dos ideais de altruísmo por atitudes egoístas.

No marxismo histórico estas experiências e concepções são tratadas como “utópicas” e incapazes de transformar o capitalismo. Somente a Comuna de Paris, acaba sendo a experiência paradigmática e aceita pela tradição marxista, apesar do curto período de sua existência. Ela também traduz a dimensão de intensividade, no território. Karl Marx analisa esta experiência em “A Guerra Civil da França”:

A Comuna queria fazer da propriedade individual uma realidade coletiva, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são meios de escravização e exploração, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. (...) A grande medida social da comuna foi a sua própria existência, o seu trabalho. Suas medidas concretas não podiam senão expressar a linha de conduta de um governo do povo pelo povo... outra medida foi a entrega às organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, tanto no caso dos patrões terem fugido, como no caso de terem preferido suspender o trabalho. (MARX, s.d., p. 87)

²¹Também ocorrida em São Francisco do Sul- SC, conhecido comoFalanstério do Saí.

O cooperativismo foi sempre assunto polêmico entre os marxistas desde o final do século XIX, como sendo incapaz de resistir a cooptação capitalista e passou a ser reduzido como “correia de transmissão” da luta operária para a tomada do poder estatal. Em outras palavras, e genericamente, somente o Estado proletário seria o meio de transformar o capitalismo para o socialismo, e não a autogestão ou as cooperativas. Para Kaustsky a transformação não viria pelas cooperativas e considera que tais iniciativas só fortalecem a industrialização da agricultura. (BURIGO, 2012, p. 48)

Para Franz Oppenheimer (1896) em *A Lei da Transformação* diz que

o destino das cooperativas é o fracasso, seja através de sua bancarrota, seja do seu sucesso econômico. No caso do sucesso, os sócios fundadores ‘privatizam’ sucessivamente os lucros, [...] a cooperativa vira uma sociedade de capital e os sócios, capitalistas coletivos. [...] Entre a bancarrota e o caminho capitalista só existem períodos de transição temporários, intermediados pela autoexploração (In: BURIGO, 2010, p. 48)

No século XIX, estas são as práticas de cooperativismo e o grande legado teórico deste século situa-se nos princípios Rochdaleanos, nas ideias owenianas, no próprio movimento e na expansão da prática das cooperativas nascentes, em paralelo ao desenvolvimento industrial ou das corporações capitalistas expandindo-se mais ainda nos demais países, na fase do Imperialismo.

Enfim, das origens do cooperativismo pode-se avaliar que

as sociedades humanas nem sempre optaram pela força e opressão para resolver suas dificuldades e conquistar avanços em termos civilizatórios desde os tempos imemoriais era comum recorrer a livre associação e a solidariedade para desenvolver empreendimentos de interesse comum. Certamente o **espírito cooperativo** ajudou o ser humano a impulsionar sua cultura, mas as delimitações quanto ao grau cooperativo e concorrencial, existentes no seio de todas as sociedades... na verdade é que estão presentes em toda a vida tanto como forças unificadoras como forças divisoras. A organização social [...] reflete o equilíbrio que se processou entre essas forças. (BURIGO, 2012, p.37 g. n.)

A seguir veremos algumas tentativas de compreensão teórica do cooperativismo durante o século XX.

3 Desafios teóricos e o cooperativismo no século XX

No final do século XIX e início do século XX há tentativas de reflexão teórica do movimento cooperativista. São basicamente duas linhas de pensamento, segundo Fabio L.

Burigo: as “**doutrinas cooperativistas**” com foco nas transformações sociais, em reformas que desembocariam na República Cooperativista (Escola de Nimes de Charles Gide, 1847-1932). Esta foi questionada por Georges Fauquet que defendia a limitação das cooperativas a um determinado setor da economia. Bernard Lavergne ligou o cooperativismo à terceira via entre o coletivismo de Estado e o capitalismo. Ernest Poisson buscou integrar ideias de Gide com socialismo, aliando participação no trabalho produtivo com papel dos consumidores. George Lasserre propôs a cooperativa como contraponto aos trustes capitalistas, no entanto esta linha de pensamento foi perdendo força política ao longo do século XX.

E, outra: as chamadas “**teorias cooperativistas**” de cunho mais pragmático e inseridas no capitalismo, ganham força política após a 2ª Guerra Mundial. São teorias focadas no conhecimento instrumental proveniente das escolas de Economia e Administração. São destaque aqui a teoria de Munster: baseada na metodologia do racionalismo crítico e na comprovação empírica dos resultados, obtidos pelo uso de instrumentos de controle do sucesso cooperativo (produtividade), e retorno financeiro aos associados. Uma visão “empresarial” das cooperativas (ou seja, uma adaptação ao mercado capitalista, com princípios cooperativos na nossa avaliação). Defensores dessas teorias rechaçam os princípios do cooperativismo de Rochdale, para eles estes teriam validade apenas para produção e consumo de pequena escala e não se enquadraria com realidade neoliberal atual. (BURIGO, 2010, p.49-52)

Contudo, a prevalência do econômico sobre o social que marca o cooperativismo recente, também leva a um crescente afastamento das parcelas mais pobres e a uma aproximação e aceitação de princípios mercadológicos. Exclusão social e a pobreza levam ao seguinte dilema: “Como manter o controle na mão de associados quando eles são pessoas pobres e sem formação escolar suficiente para administrar um empreendimento, que cresce em complexidade à medida que alcança resultados positivos?” Para Ruthford “é pouco comum que haja verdadeiramente cooperativas que sejam propriedades exclusivamente dos pobres. Os pobres normalmente são sócios de cooperativas que são administradas por gente educada da classe média.” A contratação de funcionários e empregados pelas cooperativas leva então à perda de sua identidade? Argumento é que estes são funcionários com outras visões de mundo, outros valores e outras motivações. (cf. BURIGO, 2010, p.49-51) Assim, volta-se novamente a uma contradição e uma relação de mercado: de um lado, o proprietário “embora cooperativo” e não privado dos meios de produção e de outro, os trabalhadores que

recebem salário e não a participam da distribuição das sobras, grosso modo. (Cf Dados do cooperativismo em SC, na seção 1)

Continuando na dimensão histórica, sob o impacto das transformações do capitalismo, no século XX, a Aliança Internacional realizou várias revisões dos princípios. A primeira revisão dos princípios *Rochdaleanos*, ocorreu em 1937, ampliando-os para além das cooperativas de consumo e reduzindo-se a sete princípios fundamentais. A segunda revisão ocorreu em 1966, foi na direção de ampliar a **ideia extensivada** das cooperativas de criar um setor cooperativo na economia e maior compromisso com as políticas públicas cooperativistas. Mediante o contexto da Guerra Fria, a Aliança Internacional das Cooperativas proclamou sua independência ideológica do sistema socialista e capitalista. Reforçou os princípios anteriores e retomou o princípio da **intercooperação**.

A terceira revisão, em 1995 consolidou os princípios de 1966, no contexto da globalização e do desenvolvimento sustentável, principalmente a autogestão e o empoderamento econômico dos cooperados é destacado. Busca-se superar a identidade democrática diante da deterioração dos princípios (empresas capitalistas disfarçadas de cooperativas). Produziu também a definição adotada pela OIT/ONU²²: “uma cooperativa é uma associação de pessoas unidas para atender suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada”. Os sete princípios, são reforçados. É uma “inserção da dinâmica cooperativa nos países” a partir de três aspectos: *Político*: Agências públicas de fomento. *Social*: proporção dos cooperados na população. *Econômico*: crescimento nas atividades econômicas e empregabilidades em relação a empresas capitalistas. (LOPES, 2012, p.53)

O movimento cooperativista real foi inspirado em Owen, emanado de Rochdale como visão estratégica para realização progressiva dos cooperados em atender as necessidades. Porém segundo José A. V. Lopes ocorrem *duas inflexões ideológicas* nestas revisões: primeira para cooperativização dos mercados competitivos (1937) e uma segunda para inserção cooperativa em todos os mercados (1966). O cooperativismo não rompeu, mas se renovou (pela intercooperação), abandonando a utopia oweniana para uma comunidade intracooperativa. Em 1995 complementou a orientação ideológica, inserindo o princípio do interesse pela comunidade (intensividade oweniana). Assim, o cooperativismo se legitimou como o ator da sustentabilidade no sentido de complementar as comunidades com suas

²² Organização Internacional do Trabalho, das Organização das Nações Unidas.

iniciativas econômicas e a reprodução continuada e a sincronização dos aspectos econômicos, políticos e sociais.

No Brasil, o sistema cooperativo é recente, pouco incentivado, além de ser muito controlado e tutelado pelo Estado. Herda seus elementos identitários e ideológicos do período da ditadura militar. Para dar dois exemplos: 1º) A presença da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) surge em 1969, para “pacificar” e centralizar atores atuantes no cenário nacional, até hoje praticamente ainda detém o monopólio da filiação de cooperativas nas Juntas Comerciais. 2º) A Lei 5.764 de 1971 é uma das poucas Leis não revisadas ou adaptadas depois da Constituição Federal de 1988. Assim o cooperativismo brasileiro foi marcado durante décadas como iniciativas associadas ao desenvolvimento de complexos agroindustriais em consonância com a modernização rural conservadora (hoje o agronegócio). Esta imagem negativa do cooperativismo brasileiro é decorrente disto e do modelo estratégico estabelecido pela OCB e pelo próprio governo. Pois, ou as cooperativas tornavam-se “grandes empresas agroindustriais”, ou fundem-se as mais “fracas” e pequenas. Enfim, nada diferenciando dos grandes grupos econômicos do mercado capitalista.

Com o período da redemocratização, aos poucos, vai acabando a hegemonia total da OCB, mas fica a lacuna do marco legal, entre outras coisas, que prejudica e não incentiva a criação de cooperativas no Brasil. A OCB ainda impõe regras como estrutura para estatal, culminando no controle sobre o registro de cooperativas em Juntas Comerciais. Apesar destes limites, o número de cooperativas cresce desde a década de 1990, como cooperativismo alternativo ao “modelo OCB”. Em suma, surge um movimento de refundação do cooperativismo no Brasil, de caráter popular ou solidário, como abordado acima, na primeira seção.

O mercado capitalista necessita também da regulação, de incentivos e investimentos do Estado para sobreviver²³, também defendido pelos economistas keynesianos. Então como o Estado tem trabalhado nos diversos países do mundo e qual seria seu papel e relação ao mercado cooperativo? Isto será o tema da próxima seção.

4 Papel do Estado e Política Pública Cooperativista

²³ Neil Fligstein aborda como as Instituições do Mercado só sobrevivem mediante ajuda do Estado, e este dispõe inúmeras políticas públicas que as favorecem, mesmo quando a um apolítica de não interferência para que determinados setores ou empresas não prosperem. (2001)

Como o Estado pode incentivar o cooperativismo? Qual o papel das políticas públicas cooperativistas? José Aurélio Vianna Lopes analisa as políticas cooperativistas nos países do G20²⁴, o núcleo dinâmico do sistema capitalista, e busca responder ao dilema: as cooperativas seguem apenas nas lacunas do capital ou ultrapassarão a hegemonia no mercado? Também investiga como o Estado tem favorecido a cooperação nos países em que ela adquiriu vocação hegemônica: os 13 países com no mínimo de 40% da população pertencente, e em vários setores da economia. Em outras palavras, a importância da “política” para a constituição deste “outro” (?) mercado. Para isso, adota uma classificação de políticas públicas de três tipos: regulatórias, distributivas e redistributivas. Para uma análise dos marcos-legais pode-se ver pelas seguintes formas: **Regulação**: se a cooperativa é protegida pelo Direito em face aos demais setores (público e privado) fortalecendo-a no processo. Se a legislação é um instrumento de contenção ou de estrito controle. **Maximização**: se há a transferência de recursos do Estado às cooperativas para sua disseminação. E **Institucionalização**: se o setor cooperativo conta com agência pública especializada na vocação permanente na inserção de cooperativas no desenvolvimento nacional (especialmente na sustentabilidade). “O mais importante é que em todos os países nos quais a cooperação, virtualmente, equivale à competição na dinâmica socioeconômica, o Estado a regula, maximiza e institucionaliza *plenamente*” (LOPES, 2012, p.100. g.a.)²⁵

O Estado em alguns países teve o papel de impedir de controlar a cooperação para que não sobrepusesse ao setor da competição:

o controle governamental ainda é um ameaça a autonomia e ao desenvolvimento cooperativo, nesses contextos nacionais nos quais a gênese autoritária da legislação do setor e de sua correspondente interação com o Estado não foi suficientemente, desvencilhada pelos respectivos movimentos cooperativos.” (LOPES, 2012, p.104)

No Quadro 1, em anexo, há uma síntese a partir dos conceitos de Julio A.V. Lopes, onde demonstra o grau de cooperatividade abordada e respectivos desafios a ação do Estado, nos diversos países do mundo.

²⁴ Grupo dos 19 países com as maiores economias do mundo mais a união Econômica Europeia, desde 1999.

²⁵ Da seleção formada pelo cruzamento entre cooperativização da sociabilidade e cooperativização do mercado, se extrai um misto de políticas regulatórias e distributivas como fio comum aos países em que a cooperação equivale competição na dinâmica nacional. Nesses Estados, a cooperação não é favorecida em detrimento de segmentos determinados, mas por disposições *protetoras* das cooperativas e ao carrear fundos públicos do orçamento geral do país. (LOPES, 2012, p.103)

5 Intensividade: a abordagem territorial

O conceito de intensividade no seio do movimento cooperativo e as propostas de desenvolvimento territorial sustentável poderiam encontrar uma proximidade teórica. As contribuições do sistema cooperativo, a partir da revisão de 1995, podem ser apontadas como um avanço para assumir o tema desenvolvimento sustentável, no mundo cooperativo, aproximando-se da abordagem territorial ou “intensiva” (ideias owenianas). Para isto dentre tantas concepções sobre desenvolvimento apresenta-se a seguir algumas ideias apontadas pelo documento de referência da 2ª Conferência do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades (humanas, políticas, culturais, técnicas etc.) que permitam às populações rurais agirem para transformar e melhorar suas condições de vida, através de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil (BRASIL, 2013, p.4).

Assim,

a abordagem territorial (...) valoriza o patrimônio natural e cultural de cada localidade, reafirmando identidade na construção de um projeto local de vida social. Implica em manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que os atores vivem. Requer um processo de mobilização de atores que leva à elaboração de estratégias de adaptação aos limites externos, na base da identificação coletiva com uma cultura e um território. (BRASIL, 2013, p. 23, g.n.)

Para Ricardo Abramovay (2010) a noção de território, nos estudos das regiões rurais favorece o estudo ao menos em quatro dimensões: abandona-se a visão setorial; impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento; o estudo empírico dos atores e de suas organizações, como mecanismos de governança pública (como conselhos de desenvolvimento); e por fim, a relação entre sistemas sociais e ecológicos. E os territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação.

O território é entendido como um espaço construído socialmente que compreende, de forma interligada, áreas rurais e urbanas e representa para sua população um lugar de identidade socioeconômica e cultural, de modo que a ideia de construção de projetos de desenvolvimento para o território tende a assumir um caráter mobilizador e incentivador da inventividade (econômica, política, cultural, etc.) da ação coletiva dos diversos segmentos que fazem parte de sua população (BRASIL, 2013, p.?)

Ricardo Abramovay diz que conceito de território, mesmo importante é insuficiente para explicar processos localizados de desenvolvimento. A sociologia econômica contemporânea oferece ferramentas para o estudo da ligação entre territórios e as forças sociais que o compõem. Também afirma que Fligstein (inspirado em Pierre Bourdieu) estuda a vida social a partir do conceito de “campos” ou “arenas” e correspondem a construções de ordens sociais baseadas as relações sociais entre grupos de atores...

a ideia central de Fligstein é que, em cada campo, o objetivo central da ação está na tentativa de alcançar cooperação com outros atores. (...) As pessoas como líderes nos grupos precisam estabilizar suas relações com os membros de seus grupos para conseguir que estes ajam coletivamente e precisam estruturar seus movimentos estratégicos em direção a outras organizações em seus campos. Esta habilidade dos atores pode ser vista como habilidade social (*social skill*) (...) [Assim] habilidade social é a capacidade de induzir, de obter cooperação alheia. É com base nessa capacidade que se constroem ordens locais que serão decisivas no funcionamento das organizações, e em particular dos mercados [e das cooperativas principalmente!] (Abramovay, 2010, p.?)

Para Abramovay (2010) o importante aqui é que os atores não são meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas tem a capacidade de alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento recíproco como base de sua cooperação. Assim estas ideias são úteis para interpretar situações surpreendentes e inovadoras no desenvolvimento territorial, por exemplo, organizações populares conseguem impor-se em certos mercados locais. Em Bourdieu estas áreas mais ou menos institucionalizadas da vida social que se caracterizam, antes de tudo pela existência de forças opostas, organizadas em torno de interesses e de certas representações sobre o funcionamento do próprio mundo encaram a cooperação humana não como um ideal e sim como um modelo de ação: a vida social é a tentativa permanente de obter cooperação alheia, ou seja, de imprimir a certo campo de ação padrões de conduta correspondentes a certos interesses.

Como Abramovay tenta entender esta teoria de campos para o mercado, no modo de visão deste autor, se encaixaria mais para compreender as cooperativas e as habilidades para avançar no aumento da cooperatividade em vez da competitividade.

Aplicando a teoria a mercados, Abramovay afirma que não há um mercado, mas mercados no território. “o que há são mercados cuja construção e funcionamento é o produto histórico de formas determinadas de interação correspondentes a certas relações entre grupos sociais.”

Embora o documento da 2ª Conferência de Desenvolvimento Rural pouco cita a longa trajetória da experiência de cooperativismo, principalmente na agricultura brasileira, e as políticas públicas voltadas à agricultura familiar pouco incentivam as cooperativas como estratégia de desenvolvimento territorial, o documento também pouco aponta para isso:

Para a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar, é necessário construir e implementar novos instrumentos que aprimorem a gestão da propriedade tanto na parte de produção como na comercialização e que assegurem vínculos, articulações e parcerias entre os agricultores, visando a organização da produção e especialmente **estratégias associativas e coletivas de comercialização e acesso aos mercados (cooperativismo, economia solidária, entre outros)**.[...] Nesse sentido é necessário fortalecer a integração entre campo e cidade baseada na solidariedade, sustentabilidade e cooperação, a exemplo das associações, cooperativas solidárias, feiras, mercado justo e solidário, entre outros. (BRASIL, 2013, p.14, 15, grifo nosso)

Nesta direção torna-se conveniente aprofundar e conhecer a experiência do complexo cooperativo de Mondragón, no país Basco, Espanha.²⁶

6 Considerações finais

As primeiras considerações são de acordo com as de José Aurélio Vianna Lopes, em que o princípio intrínseco à modernidade é a competição, sendo sua matriz constitutiva da ordem social moderna. Assim segundo este viés, a competição é o fundamento da modernidade, e o interesse, o indivíduo, a liberdade ou o mercado, consistem aspectos principais de sua manifestação. Mas, a competição, levada ao seu extremo forneceu suas mazelas, tornando crônicas a pobreza e miséria, as desigualdades entre classes e sacrificou o meio ambiente. Neste sentido propõe-se a cooperação inclusive por iniciativas das cooperativas fundarem novas cooperativas de produção, criando de consumo, crédito como ocorre com alguns exemplos tipo o complexo de Mondragón. Esta chamada como estratégia de *transcooperação*.

²⁶Corporação Cooperativa de Mondragón: Trata-se do maior complexo cooperativo do mundo. O que torna Mondragón maior é a aplicação dos princípios: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional. A origem em 1956, ao norte da Espanha por iniciativa do padre José Maria Arizmendarreta. Surgiu de uma empresa falida, transformando-se na cooperativa Ulgar (fogões). Depois, formam-se cooperativas de fornecedores e chegaram a um grupo de três cooperativas para diminuir diferenças de resultados econômicos entre elas. Regulando os preços dos produtos transacionados entre elas. Pe. Arizmendarreta incentivou a criação de um banco cooperativo: *Caja Laboral Popular* em 1959. A *Caja* funciona como controladora de todas as cooperativas. Também criou-se uma escola técnica. O investimento em educação e em capacitação técnica contribui para evitar que o caráter solidário da economia de Mondragón se degenerem. Na época de desemprego o complexo Mondragón mantinha o pleno emprego. O cooperativismo desta região se torna independente da intermediação financeira capitalista. (SINGER 2002, p.98-103; SANTOS, 2002a, p 37-40)

Outra consideração situa-se na relação com o movimento socialista e marxista em que boa parte destes autores e militantes não compreendem a importância das cooperativas para a transformação do capitalismo. Nas experiências socialistas nos países do século XX estas foram até reprimidas, e as fábricas e meios de produção passaram a ser propriedade do Estado e não das cooperativas, na maioria dos casos.

Por último, as experiências de cooperação alternativas como no movimento da Economia Solidária propõe, além da ideia de *transcooperação* acima, a cooperação para garantir e incentivar as capacidades das populações de cada território, para o seu desenvolvimento sustentável, inclusive no sentido de “cooperar” com os ecossistemas ambientais locais, no sentido de que o futuro do próprio planeta e de uma sociedade depende mais de cooperação/cooperatividade do que competição/ competitividade.

Estas considerações ainda devem ser aprofundadas evidentemente com as linhas de pensamento e pesquisas sociais atuais, com o debate sobre mudanças climáticas, crises do capitalismo recente, a Economia Solidária, etc. Como estas pesquisas podem estar contribuindo para um novo modelo de modernidade, para além da competição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, Paulo et al. (org). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis, Editora Secco, 2010.

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005-2007. Org: Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e participação acionária –ANTEAG, São Paulo: Todos os bichos, 2009

BARBOSA, Leticia C. Bizarro. **Introdução ao Cooperativismo**. Livro Didático, Palhoça (SC): UnisulVirtual, 2012.

BRASIL. 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Documento de Referência. Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/CONDRAF. Brasília, 2013. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/view/Documento_de_Referencia_2CNDRS_S.pdf>

BÚRIGO, Fabio L. **Finanças e Solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010.

CÁRITAS BRASILEIRA. **25 Anos de Economia Popular Solidária**. Série Cartilhas. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006.

FAVARIN, Roque A. **Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento recente na região do Contestado**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional - Universidade Regional de Blumenau - FURB, 2009.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, Ano 6(9), 2001: 26 -55.

GARCIA-PARPET, Marie France. “A Construção Social de um Mercado Perfeito: O Caso de Fontaines-en-Sologne”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 20, 2003, pp. 5-44.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social. O problema da incrustação. In: MARQUES, R. e PEIXOTO, J. (org.) **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta. (1985/2003)

LOPES, Júlio. A.V. **Cooperativismo contemporâneo: caminho para a sustentabilidade**. Brasília: Editora Confebras, 2012. (p.61-143).

MARX, Karl. A Guerra Civil na França In : MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Volume 2, São Paulo : Ed. Alfa-Ômega, s.d.

MORASCO, Fernanda. **O cooperativismo de crédito em Santa Catarina**. Monografia ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293480>>

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 20 (57), 2005, pp: 127 -142

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para Viver: Os caminhos da Produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SARDÁ, Maurício. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do Trabalho e do Capital**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica hoje e amanhã. **Tempo Social**.vol. 16(2): 2004, pp. 7-34

THERET, Bruno. As instituições: entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, 58: 2003, p.225-255.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**.Vol 17 (1): 2002, p. 15 -62

ANEXO

Quadro 1 - Situação da cooperação e desafio das políticas cooperativistas nos países do G20

Cooperatividade	Conceito “Onde a...”	Desafio as Políticas Públicas	Países
Emergente	Adesão às cooperativas é baixa (-10%), mas o volume de negócios já impregna a economia do país.	Disseminar a relevância econômica cooperativa na sociabilidade.	Brasil, África do Sul e México.
Impulsionada	Adesão é maior (+10%), mas sua inserção segue localizada em atividade específicas.	Maior consistência econômica e generalização dos mercados.	China, Argentina e Turquia.
Complexificada	Adesão é alta, mas inserção econômica é fragmentada.	Articular os diversos negócios cooperativos entre si e demais empresas.	EUA, Índia e Alemanha.
Nucleada	Elevada adesão populacional sobre atividades econômicas.	Proporcionar negócios cooperativos diversos à ampla base populacional já constituída.	Rússia.
Hegemônica	Confluência entre a sociabilidade e os mercados em vias de suplantar competitividade.	Manter a sinergia entre ambas as instâncias sociais da cooperação de interesses.	Japão, Canadá, Coreia do Sul e Austrália.
Sistêmica	Cooperação econômica está se generalizando nos mercados. Alta adesão populacional.	Facilitar a tradução em cooperados da generalização dos negócios cooperativos.	França, Indonésia e Itália.
Regular	Há alguma sinergia entre sociabilidade e mercados.	Tornar mais sinérgica.	Grã-Bretanha
Pontual	Inserção econômica concentra os negócios cooperativos em poucos segmentos da sociedade.	Tornar os negócios cooperativos mais acessíveis aos demais segmentos da sociedade.	Arábia Saudita.

Fonte: Síntese baseada em LOPES, 2012, p. 141-142